

SPREAD E CRÉDITO BANCÁRIO NO BRASIL PÓS REAL

SPREAD AND BANKING CREDIT IN BRAZIL POST REAL

Rafael Toniazzo

Email: toniazzo@hotmail.com

Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil

Salma Said Rezek Mendoza

Email: salmarezek@hotmail.com

Mestre em Economia. Prof^ª do Dep. de Economia da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil

RESUMO

Crédito é um dos pilares da economia moderna e globalizada. No Brasil, após sucessivas trocas monetárias e implantação do plano real pôde-se controlar a inflação. A estabilidade ampliou o acesso ao crédito, entretanto, com taxas de juros e Spreads bancários (custo do crédito) muito além das médias mundiais e mesmo latino-americanas. O Brasil detém o segundo maior Spread bancário do mundo, considerando tais fatos, o objetivo da pesquisa é analisar os fatores que explicam os juros serem tão altos no Brasil. Utilizou-se o método descritivo e o uso de ferramentas estatísticas para análise dos dados. Informações colhidas nos sites do BACEN, do BNDES, da ANEFAC (Associação de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), Banco Mundial, FGC (Fundo Garantidor de Crédito), Brasilianas.org, CLP (Centro de Lideranças Públicas), e também nos sites das instituições bancárias quanto ao crédito e o Spread. Os resultados denotam que o desequilíbrio fiscal estatal e a relação que se estabelece entre governos e bancos no financiamento do déficit nacional explicam a alta carga tributária e a concentração do mercado. Os dados ainda sugerem que a concentração de riqueza e renda no país, faz com que os bancos privilegiem seu *market share* neste público, decisão de mercado que encarece o Spread para clientes com maior risco, elevando o Spread médio. E ainda, os dados sugerem que havendo uma queda dos juros com diminuição do Spread, haverá aumento de taxas e tarifas.

Palavras-chaves: Crédito. Spread Bancário. Inadimplência. Educação. Economia.

ABSTRACT

Credit is one of the pillars of the modern and globalized economy. In Brazil, after successive currency exchanges and the implementation of the real plan, inflation could be controlled. Stability has expanded access to loans, however, with interest rates and bank spreads (cost of credit) far beyond world and even Latin American averages. Brazil has the second largest banking spread in the world, considering these facts, the objective of the research is to analyze the factors that explain the interest rates being so high in Brazil. The descriptive method and the use of statistical tools were used for data analysis. Information collected on the websites

of BACEN, BNDES, ANEFAC (Association of Finance, Administration and Accounting Executives), World Bank, FGC (Credit Guarantee Fund), Brazilianas.org, CLP (Center for Public Leadership), and also on banking institutions' websites regarding credit and Spread. The results show that the state fiscal imbalance and the relationship established between governments and banks in financing the national deficit explain the high tax burden and the concentration of the market. The data also suggest that the concentration of wealth, and income in the country, makes banks privilege their market share in this audience, a market decision that makes Spread more expensive for customers with higher risk, raising the average Spread. And yet, the data suggest that if there is a drop in interest rates with a decrease in the spread, there will be an increase in fees and tariffs.

Key-words: Credit. Bank Spread. Default Rate. Education. Economy.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento econômico de um país é fator primordial para o desenvolvimento de uma sociedade. Em países emergentes, como o Brasil, crescer é fundamental para que se possa diminuir a desigualdade social, gerar emprego, mirar o futuro. Nas economias modernas o motor do crescimento é o crédito. Portanto, o custo do dinheiro, expresso em Spread Bancário, passa a ser determinante no desenvolvimento.

Após a estabilização da moeda, os especialistas brasileiros voltaram-se ao estudo do Spread Bancário. As discussões sobre o tema buscam entender os fatores que influenciam os altos índices de juros ao crédito e os altos custos dos empréstimos. Este artigo é resultado de um trabalho monográfico.

Nesse horizonte e observando o debate público em relação as altas taxas de juros e o Spread Bancário (diferença entre a taxa de juro para o investidor e para o tomador; ou custo do crédito) o trabalho problematiza: “– Por que os juros são tão altos no Brasil?” Portanto, a pesquisa objetiva analisar os fatores que explicam os juros serem tão altos no Brasil. Por conseguinte, os objetivos específicos são: Investigar a evolução do crédito e descrever e decompor o Spread Bancário no Brasil.

A pesquisa procura conhecer os fatores que influenciam a formação da taxa de Spread Bancário no Sistema Financeiro Nacional (SFN), as variáveis que compõem essa taxa, e também o comportamento do crédito a partir do plano real.

Até 1993, o Brasil vivia com uma inflação de mais de 30% a.m., com a implantação do plano real a inflação cede, cai imediatamente para baixo de 7% a.m. IPC – 1994 (Inflation.Eu, 2017) e continuou caindo. A estabilidade e a valorização que o Real obteve no início do plano impulsionou o consumo, para tanto o governo privatizou ativos e aumentou o juro no intuito de diminuir a circulação monetária e encarecer o crédito e assim conter o consumo e manter o controle da inflação. Portanto, a partir de 1994 o problema não era mais a

inflação e sim os juros (Lopes, 2015). O BACEN, em 1999, apresenta o primeiro relatório sobre o Spread no Brasil, desde então todos os anos saem os dados do Spread e do crédito. Já nas primeiras análises e recomendações foi possível diminuir o Spread. Entretanto, o assunto é mais atual do que nunca, visto que o Brasil continua figurando entre os países de maior Spread bancário do mundo. (BACEN, 2014)

O trabalho analisa dados secundários obtidos em sites oficiais e sites que utilizam os dados oficiais, a saber: especialmente o próprio site do BACEN, seus relatórios financeiros e econômicos, dados do BNDES, dados da ANEFAC (Associação de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), Banco Mundial, FGC (Fundo Garantidor de Crédito), Brasilianas.org, CLP (Centro de Lideranças Públicas), site das instituições bancárias, dentre outros.

A luz de diversas teorias, procurando mostrar os “dois lados” das análises, o trabalho desmembra o Spread Bancário em dez variáveis explicativas. Num mundo globalizado de economias interligadas ser o país com o segundo maior Spread Bancário, perdendo apenas para Madagascar, deixa o Brasil em desvantagem competitiva. Tratar este assunto é fundamental para que o país possa almejar um novo espaço na economia mundial. Por outro lado, é fundamental que cada brasileiro entenda o que acontece no país para poder se posicionar, tanto individualmente como consumidor, quanto coletivamente na percepção dos efeitos da política e da economia na vida de todos.

Dentro do contexto desta pesquisa, torna-se relevante conscientizar a sociedade, sobre o quão caro é o crédito no Brasil, e que se endividar deve ser uma atitude muito bem planejada e ponderada, pois, às vezes, o cidadão está pagando duas ou três vezes mais pelo objeto da compra.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Spread Bancário

Uma das funções dos bancos é prover crédito, neste caso o sistema financeiro é o intermediário financeiro, entre os agentes superavitários e os agentes deficitários, deslocando poupança para investimentos. É de fato um intermediário no sentido de trocas entre os agentes, como, por exemplo, a troca monetária na aquisição de um bem, e também no “casamento” de prazos de captação de recursos e diferentes prazos de recebimento de empréstimos realizados.

Os bancos originam moeda através do crédito. Todo depósito em conta-corrente é, para

o banco, captação de dinheiro. Esse valor captado, quando emprestado a outros clientes, através de depósitos em suas contas, acabam gerando novas captações, que gerarão novos empréstimos, ou seja, bancos criam dinheiro. Já o pagamento das dívidas elimina moeda. O banco apesar de criar moeda, só o faz se houver captação. Nas economias modernas, a intermediação de recursos é cada vez mais relevante, não só para a economia como para a sociedade, mesmo que a captação venha de políticas governamentais – títulos públicos. (Fortuna, 2011; Costa, 2014; Assaf Netto, 1999 *apud* Lopes, 2014).

O crédito vem do latim *creditum* – emprestar algo; objeto passado em confiança a outrem. O tempo vai mudando o sentido da palavra crédito, com Keynes, por exemplo, o crédito passa a ser uma função da taxa de juro e da expectativa do futuro. O crédito passa a ser remunerado com juros, e passam a pagar taxas – os juros passam a ditar comportamentos financeiros, como por exemplo: juros altos no curto prazo inviabilizam o investimento, pois inviabilizam o crédito de longo prazo (crédito para investimentos), nesse sentido o crédito é um facilitador das operações comerciais e juros altos limitam os benefícios. O crédito se torna mais complexo. (Fran Martins, 2002 *apud* Souza, 2011).

Spread é uma palavra em inglês que significa espalhar, dispersar, alastrar, e etc. Acompanhada do termo “bancário” – Spread bancário Souza (2011) “traduz” Spread como Margem. Numa tradução livre se aproxima de Ágio – valor adicional cobrado nas operações financeiras com risco implícito, ou ainda Spread bancário é a soma dos custos da intermediação com o lucro.

Segundo Ferreira (2011), citando Block e Rojas-Suarez (2000) o Spread é uma medida de custo de intermediação financeira utilizada internacionalmente como indicador de eficiência, quanto mais elevado, mais ineficiente é o setor de intermediação (World Bank e IMF, 2005 & Souza, 2006 *apud* Ferreira 2011). Segundo Confederação Nacional das Indústrias (2007 *apud* Lopes, 2014) o Spread elevado é um dos relevantes fatores na determinação dos custos de produção e também na formação bruta de capital fixo do país.

O estudo do BACEN de 1999, quando o Spread era de 70,6% a.a. (out/99), levantou dados de crédito das 17 principais instituições bancárias privadas do país, e a partir desses dados foi identificado e separado o Spread nas variáveis que seguem:

Risco de Crédito e Inadimplência: risco potencial de perdas financeiras decorrentes de uma obrigação não honrada, ou modificação na capacidade de pagamento do tomador – o risco depende do custo da operação, da capacidade de pagamento do devedor, da macroeconomia, das garantias e etc.

Despesas Administrativas: tendem a ser maiores em operações menores e vice e versa.

Rubrica inferida – custo proporcional a receita bruta obtida, rateio dos custos. (Lopes, 2014)

Cunha fiscal: razão entre os impostos gerados na intermediação financeira e o custo total do empréstimo para o tomador, são computados impostos diretos e indiretos como o PIS (Programa de Contribuição Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), IR (Imposto de Renda), IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), ISS (Imposto Sobre Serviços), FGC (Fundo Garantidor de Crédito) e depósito compulsório.

Resíduos: Lucro, erros e omissões. (Lopes, 2014; Almeida 2014).

Esse primeiro estudo identificou a necessidade de se reduzir o IOF, deduzir o IR/CSLL sobre provisionamento de créditos, aperfeiçoar o sistema de pagamento brasileiro (SPB), criar a cédula de crédito bancária, separar juridicamente os juros do principal, esclarecer a incidência de juros no SPB (anatocismo), priorizar empréstimos com garantia, contrato eletrônico de crédito, ampliar as informações sobre os tomadores, proteger as centrais de risco, aplicar juízo arbitral. Em 2000, o projeto recebeu sua primeira avaliação e o IOF foi reduzido de 6% para 1,5%, os depósitos compulsórios baixaram de 75% para 65% e houve a extinção para depósitos a prazo, além dessas, ampliou-se a transparência das informações, incentivou-se a concorrência pelo crédito, e a aplicabilidade do juízo arbitral. O Spread, em abril de 2000, estava em 58,1% a.a. frente aos 70,6% a.a. de out/1999. (BACEN, 2000)

Em 2001, na segunda avaliação do relatório de crédito e Spread a composição do Spread é alterada. Em 2004, a análise do Spread passa a ser baseada nos números contábeis do ano anterior, de cerca de 80 instituições bancárias e não apenas as privadas. A composição do Spread é novamente alterada e o relatório muda de nome, passa a se chamar Relatório de Economia Bancária e Crédito. Após 2004, virtualmente, todas as instituições bancárias são analisadas. (Lopes, 2014)

Em 2008, houve nova composição do Spread como mostra a tabela 1.

Tabela 1

Composição Spread Bancário utilizado pelo BACEN de 1999 a 2008.

ESTUDO	ANO	COMPOSIÇÃO
Juros e Spread Bancário no Brasil	1999	Inadimplência Despesas Administrativas Impostos Resíduos/Lucro
Juros e Spread Bancário no Brasil	2001	Despesas Administrativas Despesas de Inadimplência / Empréstimos. Impostos Diretos Impostos Indiretos+FGC Margem Líquida do Banco

Relatório de Economia Bancária e Crédito	2004	Custo Administrativo Custo com FGC Custo Total com Compulsório Cunha Tributária Inadimplência Resíduos
Relatório de Economia Bancária e Crédito	2008	Custo Administrativo Inadimplência Compulsório + Subsídios Cruzados Encargos Fiscais e FGC Margem Bruta, Erros e Omissões Impostos Indiretos Margem Líquida, Erros e Omissões

Nota. Fonte de Lopes, 2014 p. 23 com base Relatório de Economia e Crédito 1999 a 2008.

Segundo Silva (2014), citando Manhiça & Jorge (2012), existem basicamente duas maneiras de se medir o Spread. A primeira é pela decomposição contábil do Spread de acordo com as operações do banco, e a segunda é pelos riscos que influenciam o comportamento do banco no momento da definição da taxa de juros. Outros estudos ainda estudam o Spread *ex-ante* e *ex-post*. *Ex-ante*: Spread antes da contratação da operação, mensurado a partir das decisões de precificação das taxas de captação e empréstimo, Spread *ex-post*: calculado depois da concessão do crédito, baseado na apuração da receita e nos custos de captação. Além desses ainda pode-se falar em Spread bruto e Spread líquido este último sendo o lucro propriamente dito. (Lopes, 2014; Bastos, 2013)

O BACEN se utiliza da primeira dessas metodologias decompondo o Spread como demonstrado no quadro acima.

Silva (2014), ao citar Nakane & Costa (2005), alerta que no caso brasileiro o Spread divulgado oficialmente pelo BACEN se refere apenas a um subconjunto das operações de crédito – o crédito livre – e é calculado como a diferença entre a taxa de juros média dos empréstimos em carteira livre e a taxa média de captação das instituições, na modalidade Spread *ex-ante* (de acordo com as taxas de juros). Da modalidade crédito livre o BACEN leva em conta todas elas, diferentemente de outros países que dividem essas operações em segmentos. Essa escolha pelos créditos livres para cálculo do Spread pelo BACEN, considera 52,37% das operações de crédito envolvendo pessoas físicas e 39% das operações de pessoas jurídicas. Créditos livres, são de livre opção do banqueiro, diferente do crédito direcionado, que tem esse nome por ter um direcionamento alocativo por parte do governo, segundo as prioridades políticas elegidas.

Segundo Souza (2006 *apud* Ferreira, 2011), para os dados agregados dos bancos, o Spread *ex-post* teria a vantagem de utilizar os dados contábeis dos bancos. O mesmo autor, ao

citar Leal (2006), ressalta que diferentes metodologias de decomposição do Spread apresentam diferenças consideráveis que influenciam os dados, mas, mesmo assim, lembra que os componentes do Spread pouco mudam, sendo os principais a inadimplência, despesas operacionais e margem líquida.

A mensuração do Spread ainda pode ser dividida sob três características:

- 1) abrangência da amostra, de acordo com os bancos e operações de crédito;
- 2) conteúdo, se contém ou não as receitas de serviços (ou tarifas);
- 3) origem da informação, se *ex-ante* ou *ex-post*.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é caracterizada como descritiva, pois tem o objetivo de descrever as principais variáveis que influenciam a formação do custo do crédito no Brasil – o Spread Bancário. É quali-quantitativa, qualitativa no sentido de o autor ser o principal instrumento, tanto na coleta, como na análise dos dados, além disso na discussão o autor interage com os dados, quantitativa porque dados como as tarifas bancárias e taxa de juro foram manipulados estatisticamente.

Houve revisão bibliográfica, e foram utilizados conceitos relacionados à economia monetária, especificamente sobre Spread. Os conteúdos foram retirados especialmente do BACEN, de mídias especializadas nas mais diferentes instituições, como o jornal Valor Econômico, o jornal Estadão e sites como o Uol Economia. O estudo também se utilizou de vídeos sobre o tema, sendo o principal deles o encontro sobre Spread e Crédito promovido pelo BACEN em 2017b, assim como vídeos e entrevistas com banqueiros e economistas.

Todas essas informações e dados levantados foram pesquisados no intuito de compreender a formação do preço do crédito no Brasil. Nesse esforço, várias razões se tornaram parte da explicação, e todas elas formaram o objeto de estudo desse trabalho: o Spread Bancário, mas também serviram para contextualizar o Spread no Brasil, dentro de uma perspectiva histórica e em comparação com os outros países.

O ambiente de pesquisa é o Brasil, fazendo quando necessário uma comparação com dados de outros países. O espaço temporal é o pós-real, com menções a eventos históricos, tanto para a contextualização como para uma explicação. A escolha pelo período pós-real explica-se pelo controle da inflação, quando os dados passaram a ser menos voláteis. Para esse período, as variáveis estudadas foram: Crédito, Spread Bancário, Fatores Macroeconômicos, tais como: Inflação, Taxa de Juros e Juros Selic, Impostos, e ainda, Concentração Bancária, Lucro Bancário, Depósito Compulsório, Custos Administrativos,

Inadimplência e Poupança.

O levantamento de dados se deu em sites oficiais e sites que utilizam os dados oficiais, especialmente do BACEN, a saber: o próprio site do BACEN, seus relatórios financeiros e econômicos, dados do BNDES, dados da ANEFAC (Associação de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), Banco Mundial, FGC (Fundo Garantidor de Crédito), Brasilianas.org, CLP (Centro de Lideranças Públicas), site das instituições bancárias, dentre outros.

Quando da apresentação e análise de dados, o estudo percebeu a necessidade de ampliar as informações no sentido de levantar os dados sobre os clientes bancários, para isso, foram usados dados do fundo garantidor de crédito e dados do debate sobre o papel dos bancos públicos no Desenvolvimento Econômico, especialmente a apresentação do professor Fernando Nogueira Costa (2014) sobre o papel dos bancos públicos no desenvolvimento econômico.

Os gráficos e tabelas apresentados na quase totalidade são matérias retiradas do BACEN, elaborados pelo professor Fernando Nogueira Costa, pelo ex-funcionário do BNDES Ernani Teixeira Torres Filho e dos trabalhos pesquisados.

As tabelas comparativas de juros e tarifas bancárias foram elaboradas pelo autor com dados do BACEN, a comparação calculou a média e o desvio padrão dos dados. O gráfico de índices econômicos também tem elaboração do autor com dados do BACEN e dados do Banco do Brasil.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Spread bancário

Na década de 80 e 90, a preocupação econômica brasileira não era o Spread e sim a inflação, os bancos, nessa época, tinham seus ganhos com o chamado floating (ganhos com a inflação). Com a estruturação econômica essa realidade modificou-se, alguns bancos fecharam, a fusão e o crescimento orgânico das instituições geraram concentração bancária e alterou a maneira dos bancos ganharem dinheiro, e a partir de 1999, como visto, o BACEN inicia o estudo sobre o Spread.

Segundo Almeida (2014), citando estudo de Silva (et. al. 2006), em 1988, o Spread médio cobrado pelos bancos brasileiros alcançou 150% a.a., época de uma política monetária contracionista implementada pelo BACEN. A partir de 1996, com o relaxamento da política monetária e com o aumento gradativo da confiança dos agentes econômicos no Brasil, o

Spread cedeu para aproximadamente 40% a.a., no início dos anos 2000.

Entre 2003 e 2007, o Spread para a pessoa física diminuiu cerca de 30%, para as pessoas jurídicas praticamente se manteve estável, entretanto, o Spread pessoa física, historicamente, é maior que o para a pessoa jurídica. (Köhler e Freitas, 2009 *apud* Almeida, 2014)

O trabalho na sua fase de análise, na busca por uma melhor explicação para o Spread brasileiro incluiu o cliente bancário, informações que ajudam a identificar quem é o cliente bancário, para isso, buscou-se informações no fundo garantidor de crédito (FCG). Os dados de 2016 do FGC (Fundo Garantidor de Crédito), demonstram que haviam no Brasil 222.085.339 milhões de contas nos bancos brasileiros. Segundo Fernando Nogueira (2015), o Brasil atingiu 100% da inclusão bancária para a população economicamente ativa. Os dados demonstram que 99,67% dessas contas estão protegidas pelo fundo garantidor de crédito, ou seja, possuem saldo inferior a R\$ 250.000,00. A soma do saldo das 99,67% das contas somam 45,07% dos depósitos, já os 0,33% das contas possuem 54,93% do saldo.

Os dados indicam que há uma grande desigualdade de renda e uma maior ainda desigualdade patrimonial, de riqueza acumulada. Quanto aos bancos que operam com crédito, temos ao menos 46 instituições que operam crédito no país, segundo relatório BACEN (2014), essas perfazem 91% do mercado de crédito, e nem todas trabalham com os mesmos produtos. Entretanto, o mercado financeiro brasileiro tem hoje 5 grandes instituições: Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. No mercado bancário de crédito, 4 desses bancos (exceto Santander), respondem por 75% do volume financeiro do Brasil.

A literatura não se posiciona definitivamente quanto a responsabilidade da concentração bancária na composição do Spread. Entretanto, o fato do mercado de crédito ter 75% do seu volume concentrado em quatro instituições bancárias, permite considerar que a limitada concorrência seja, ao menos parcialmente, responsável pelo Spread. Ademais, infere-se que a concentração de renda e riqueza existente no país também influencie o Spread. (Costa, 2014).

Com um número pequeno de instituições bancárias, os produtos, taxas, tarifas tendem a serem semelhantes, como nas estruturas oligopolistas de mercado. Dados comparando os valores dos pacotes de serviços, as tabelas de tarifas e taxas de juros das diversas instituições, guardam uma relação estatisticamente significativa. (BACEN, 2007)

As variáveis “concentração bancária” e “lucratividade”, não estão entre as “causas” relevantes do Spread brasileiro, entretanto, os lucros das instituições bancárias brasileiras são

maiores que a média mundial em relação aos seus ativos (Salomão, 2016; Sciarreta, 2014).

Para o BACEN, o caminho da redução do Spread Bancário é segurança jurídica, o fim do crédito direcionado, e fim dos subsídios especialmente a vinculação da taxa de longo prazo a títulos públicos.

Quanto ao tipo de crédito: direcionados e livres. A figura 1, demonstra a importância de ambas as modalidades – 50%; 50%. Sendo as instituições públicas: BNDES, CEF e BB os principais veículos dos créditos direcionados.

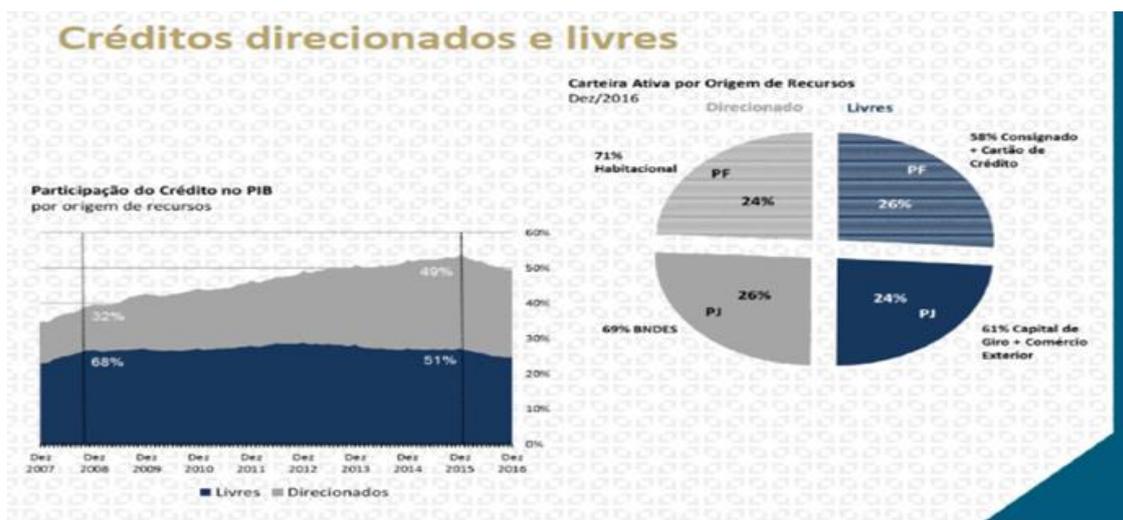


Figura 1: Créditos direcionados e livres.

Fonte: BACEN, (2017c),

https://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Apresentacao_Ilan_Goldfajn_Painel_Projeto_Spread%20Bancario.pdf

Quanto a inadimplência: quanto mais seguro for o crédito, menor será o Spread, quanto maior a segurança jurídica, menor o risco. Por outro lado, a inadimplência diminuiu a rentabilidade bancária se não como prejuízo, como provisão de créditos de liquidação duvidosa – e diminuição da rentabilidade bancária, pelas diretrizes no site do BACEN subintende-se maior risco sistêmico.

A figura 2, retirado da apresentação do debate para redução do custo de crédito no Brasil, promovido pelo BACEN no início de 2017c, demonstra bem essa preocupação. A decomposição do Spread se dá em três variáveis para se enfatizar a inadimplência.

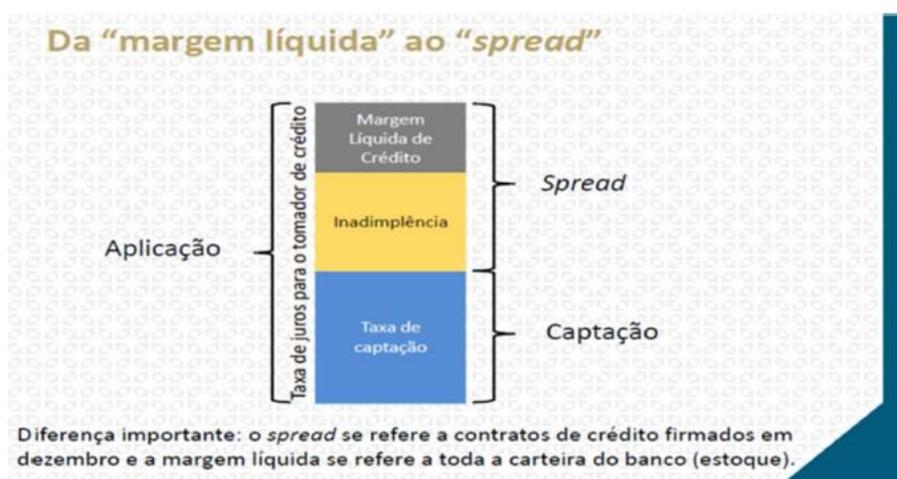


Figura 2: Da margem líquida ao spread.

Fonte: BACEN (2017c)

https://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Apresentacao_Ilan_Goldfajn_Painel_Projeto_Spread%20Bancario.pdf

A inadimplência, ressalta Ilan Goldfajn (BACEN, 2017b), não se refere ao não cumprimento das obrigações por parte dos devedores e sim a judicialização dos contratos de empréstimos. Mesmo assim, a inadimplência é maior nos empréstimos não consignados – de juros e Spread alto para uma classe de menor renda e, no cartão de crédito. Financiamento habitacional, veicular e o consignado, todos com “garantia”, são as menores inadimplências.

Em relação aos dados macroeconômicos. O mercado de crédito é medido em relação ao PIB. O PIB teve uma trajetória ascendente nos últimos 20 anos, a exceção de um ou outro ano, outrossim o crédito acompanhou a trajetória do PIB, o que reforça a percepção da importância dele no próprio crescimento do PIB.

Os índices de inflação, a taxa Selic, que por sua vez, é custo de captação por excelência – o custo de oportunidade – mantém uma correlação com o Spread, ao que parece como indicador de risco, por exemplo, aumento de inflação, aumenta a selic e aumenta o Spread, pela percepção de risco do mercado.

A curva do Spread corresponde a política de crescimento do país com incentivo ao crédito e, ao mesmo tempo, uma bem-intencionada ação, tanto dos governos quanto do banco central na diminuição do Spread pós real, conforme demonstra a figura 3, com o Spread muito longe dos antigos 150% a.a. de 1988.

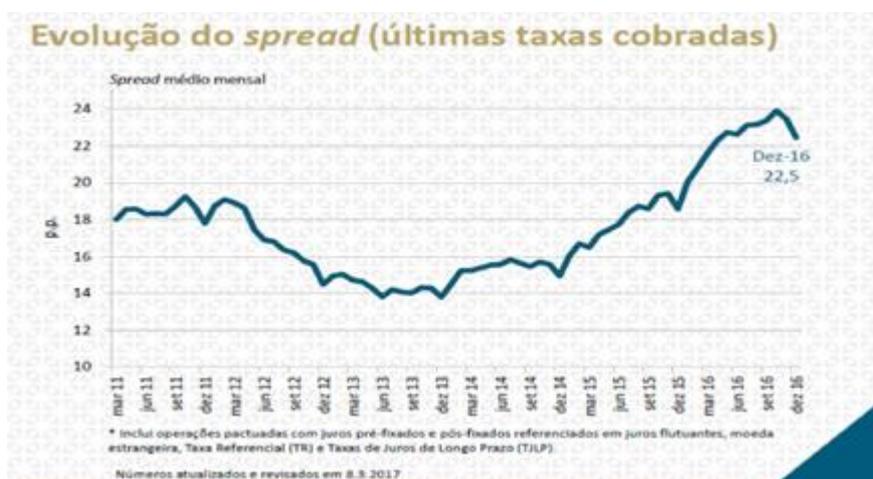


Figura 3: Evolução do Spread 2011 – 2016 .

Fonte: BACEN (2017c)

https://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Apresentacao_Ilan_Goldfajn_Painel_Projeto_Spread%20Bancario.pdf

A figura 4 demonstra claramente o fator risco, na composição do Spread, e

quem são os sujeitos prejudicados pelos altos Spreads, a saber: a população não concursada, sem emprego fixo, sem garantias.

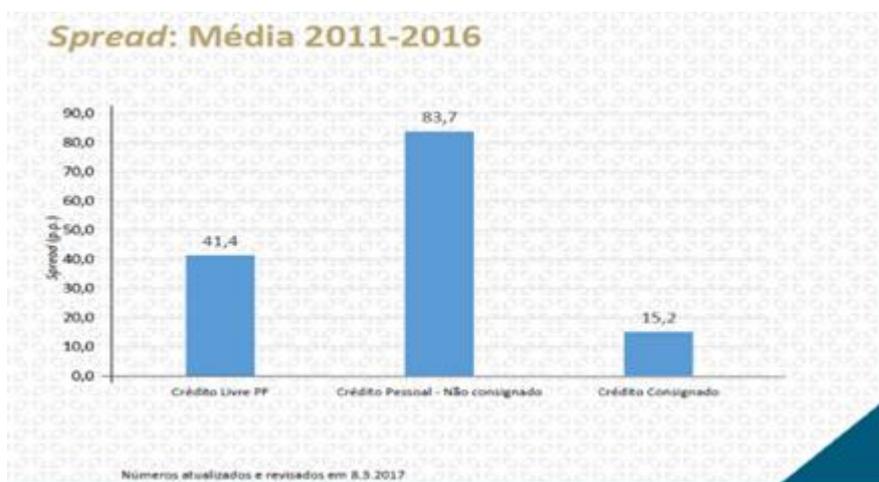


Figura 4: Média do Spread 2011 – 2016.

Fonte: BACEM (2017c),

https://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Apresentacao_Ilan_Goldfajn_Painel_Projeto_Spread%20Bancario.pdf

Almeida (2014), referindo-se ao estudo de Silva, Oreiro e Paula (2006), sobre os efeitos do Spread e sobre o tipo de decomposição do Spread, traz a possibilidade de influências macroeconômicas na determinação do Spread brasileiro, destaca a taxa de juro básica, a inflação e a instabilidade do país, como determinantes no risco do país e suas consequências na volatilidade no câmbio (câmbio flutuante).

Takahashi e Payés (2011), citados por Lopes (2014), indicam que, dentre os agregados macroeconômicos, a taxa de juros Selic é o principal determinante para o nível do Spread bancário, porque os bancos têm a opção de aplicar seus recursos em títulos públicos federais com risco desprezível, boa rentabilidade e liquidez, por conseguinte diminuindo o volume de crédito no mercado. Os autores observam que o Spread segue a trajetória da taxa Selic, baseados em análises estatísticas descritivas entre 2000 a 2009.

Já para Oreiro et al (2006), citado por Lopes (2014), em estudo de regressão múltipla com dados de janeiro de 1995 a dezembro de 2003, considerando: o Spread médio das operações de crédito com recursos livres, considerando o índice de produção industrial do IBGE, a taxa de juros Selic, a taxa de inflação medida pelo IPCA (IBGE), chegam a conclusão que os principais fatores macroeconômicos que influenciam o comportamento do Spread são: a volatilidade (aumenta a versão a risco), o nível da taxa Selic (custo de oportunidade) e a produção (influenciam inadimplência e expansão do crédito), ou seja, as

incertezas macroeconômicas são uma importante causa dos Spread elevados.

Troster (2004), citado por Lopes (2014), indica que os principais componentes macroeconômicos do Spread são: o descontrole dos gastos públicos, relação dívida/PIB, déficit fiscal e de transações correntes, efetividade da política monetária, controle da inflação e necessidade de aumento na bancarização para que haja diminuição do Spread. Costa (2017), com dados do FGC (Fundo Garantidor de Crédito), indica que, virtualmente, se atingiu 100% da bancarização da população economicamente ativa.

Gustavo H. B. Franco, ex-presidente do BACEN, em artigo publicado em 2011, ao responder o porquê dos juros no Brasil serem tão altos, é taxativo na resposta: “O problema está nas contas públicas”. Mais genericamente, no crédito público, no desempenho das obrigações relativas a dívida pública, ou mesmo, no tamanho do setor público.

O autor identifica na inflação galopante dos prévios anos de 1994 e nas altas taxas de juros o mesmo mecanismo, aponta ele e também André Lara Resende ex-diretor do BACEN no mesmo artigo, que as reformas estabilizadoras iniciadas em 1994, com o plano real, ainda não foram concluídas. Colocando de outra maneira, o Brasil trocou a inflação pelas taxas de juros.

A tese de Gustavo Franco é que o desequilíbrio fiscal persiste, colaborando com as ideias de André Lara Resende, de que as mudanças implementadas na época do real ainda não foram concluídas. Dentre as medidas, os autores indicam uma agenda modernizadora, deduz-se dos textos que trata-se da reforma fiscal, maior independência do banco central, e, implicitamente a necessidade de uma reforma política.

Na agenda de modernização do BACEN, além destes, encontra-se: simplificação e unificação de prazos e taxas do compulsório bancário, implementação do cadastro positivo, barateamento e maior eficiência dos cartões de crédito, modernização da legislação financeira, como por exemplo, a relação do BACEN com o Tesouro Direto, implementação de depósitos voluntários remunerados no BACEN para os bancos, além das operações compromissadas. (Franco, 2011; Resende, 2011)

Bartolo (2011), citando Mathias (2006), comenta que, no aspecto macroeconômico, a taxa básica de juro é elevada no país por ter de conter o processo inflacionário, ou para dar estabilidade cambial, ou ainda para incentivar o mercado a adquirir os títulos públicos, necessários para o financiamento do tesouro federal.

Quanto a preocupação do BACEN com os níveis de depósito compulsório no país, a explicação é que, quanto menor for a retenção do dinheiro via depósito compulsório, exigida pelo BACEN, menor será o Spread bancário, pelo aumento da liquidez provocado aumento no

nível de crédito, por outro lado, quanto menor compulsório maior é a alavancagem, portanto, maior o risco (Bartolo, 2011).

Quanto aos impostos, desde o primeiro relatório sobre o Spread, em 1999, os impostos foram incluídos na decomposição do Spread. As primeiras medidas nesse sentido foram implementadas no ano 2000 com a diminuição do IOF.

A participação do imposto direto, na decomposição do Spread de 2007 a 2012, conforme relatório de crédito Bacen (2013), são na ordem crescente: 22,68% em 2007, assim sucessivamente, 28,93%, 21,51%, 25,57%, 27,87%, 22,86%. Os impostos ainda são cobrados de forma indireta e em todas as esferas de governo.

Segundo Lopes (2014), baseado em Afonso, Köhler e Freitas (2009), quanto as tarifas / despesas administrativas, o BACEN, a partir de 2004, passou a levar em consideração as receitas de tarifas de administração de fundos menos o custo administrativo das demais operações, subestimando a receita. O principal custo bancário apresentado por Costa (2014) é o custo de pessoal, inclusive inchados nos setores que envolvem a cobrança da inadimplência como, por exemplo, os departamentos jurídicos. Entretanto, o setor bancário é extremamente tecnológico e os movimentos atuais dos bancos indicam diminuição de agências, diminuição de funcionários, atendimentos prioritariamente por via digital, e utilização de inteligência artificial.

Quanto a formação de poupança no Brasil, essa é baseada em fundos governamentais, e diferentemente de países desenvolvidos, a alocação para os investimentos é feita de maneira pouco eficiente e cara, resultando em aumento do Spread. A pouca educação financeira também reflete a parca poupança, para Almeida (2014), a educação financeira no Brasil inexistente e/ou é pouco aplicada na prática, para o autor essa educação tem de ser ministrada desde o nível fundamental e médio, para que o conhecimento gere a necessidade de os bancos serem mais competitivos.

4.2. Spread brasileiro versus Spread latino e mundial

Almeida (2014), baseado nos dados do DIEESE (2012), afirma que o Spread bancário brasileiro, em 2012, bate os 27,8 % a.a., ou seja, a taxa média dos juros dos empréstimos foi de 38% a.a., enquanto a taxa de captação foi de 10,2% a.a. Neste mesmo ano, o Spread da Argentina foi de 3,39% a.a., Chile 4,49% a.a., México 3,82 a.a., Colômbia 7,37% a.a., Bolívia 9,61% a.a., dados do FMI.

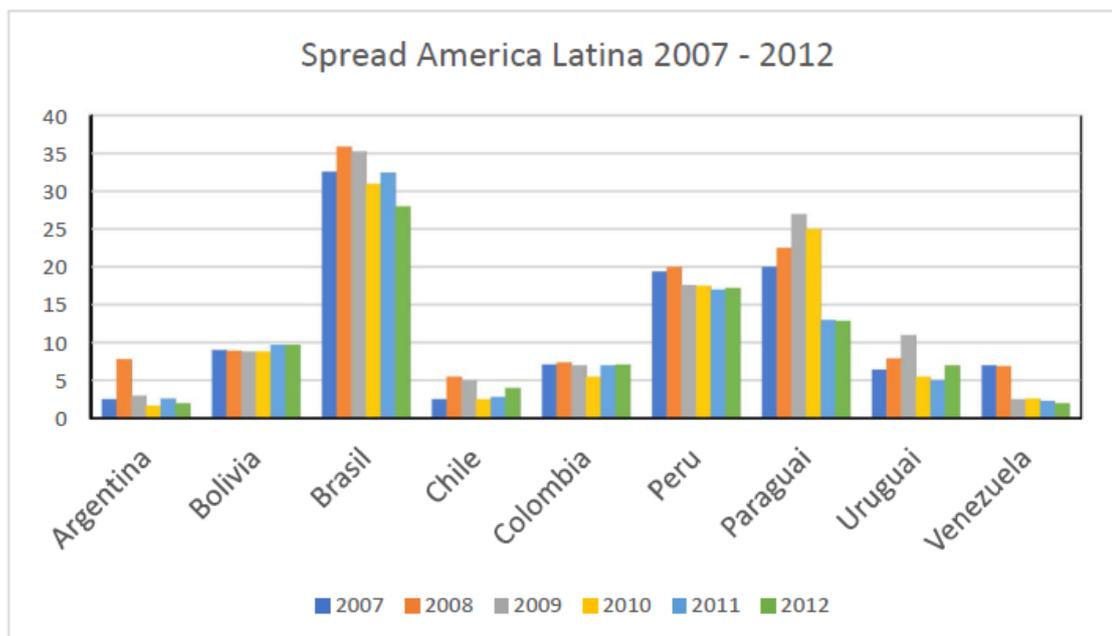


Figura 5: Spread América Latina

Fonte: FMI adaptado por Lopes, 2014.

No mesmo ano de 2012, três bancos privados divulgaram junto com seus balanços, seus cálculos de Spread, contestando os 28,2% oficial, esses bancos divulgaram um índice de 13% a.a. para o primeiro trimestre de 2012. A diferença está na metodologia de cálculo, pois incluíram na conta os créditos direcionados. O BACEN só utiliza 52,9% do crédito para pessoa física e 39,1% dos empréstimos pessoa jurídica, abrangendo basicamente apenas o crédito livre, não incluem, portanto, o crédito rural, imobiliário, créditos com subsídio como os financiamentos do BNDES. (Valor Econômico. O Spread do Banco Central Versus o Spread dos Bancos 27/04/2012 *apud* Bastos, 2013). Mas mesmo assim, comparado com os Spread da Argentina, Chile, México e outros, o Spread dos bancos brasileiros é fora da curva.

4.3 Discussão

A revisão bibliográfica e os dados apresentados demonstram que o assunto é bastante complexo, envolvendo muitas variáveis, dificultando a apreensão de uma resposta simples e definitiva, o que abre espaço para vieses ideológicos. Por exemplo, sobre a concentração bancária brasileira, pelos dados apresentados e com um dos Spreads mais altos do mundo, não há dúvidas de que a concentração bancária é relevante na composição do Spread. Em discussão no BACEN sobre o custo do crédito no início do ano de 2017b – textualmente, um dos apresentadores diz que a concentração bancária não é relevante, e que temos que focar a discussão no fim do crédito direcionado, inadimplência, etc. Além disso, a apresentação

individualizada das variáveis dificulta o entendimento amplo da questão.

O trabalho indica que as altas taxas de juro ao crédito no Brasil possuem componentes macroeconômicos, e uma das razões é que o Estado e o Mercado apoiam-se mutuamente. A explicação que melhor conjuga as variáveis do custo dos empréstimos é levantada pelos “ex” funcionários do BACEN, Lara Rezende e Gustavo Franco, que comentam que o Brasil pós Real, trocou a inflação por juros. Segundo os autores, o déficit fiscal brasileiro responsável pela inflação não foi resolvido com o plano real – portanto, o contínuo gasto governamental acima do que arrecada provoca as condições para o Spread ser tão alto. Infere-se que o déficit é sustentado pelo Mercado – conglomerados bancários – com a aquisição de títulos públicos, com juros atrativos – a taxa Selic – a taxa básica da economia influencia a quantidade de títulos que serão comprados – títulos emitidos para o pagamento do déficit orçamentário e a própria rolagem da dívida. Esse tema é tão obscuro, que a contabilidade oficial do governo não inclui os juros da dívida, ao invés, calcula-se o superávit primário.

O BACEN, ligado as instituições internacionais como o BIS e os acordos da Basileia, dentre outros, por um lado representa o interesse dessas instituições que, apesar de regularem o mercado, o fazem procurando que os bancos centrais locais sejam independentes do poder local, por outro lado, o BACEN deixa claro em seu site que sua principal função é a estabilidade sistêmica, na prática isso se traduz em uma defesa das instituições bancárias – a ponto de atualmente estar se propondo que o governo “ajude” os bancos a não quebrar, em nome da estabilidade. Em outras palavras, para os bancos as regras do capitalismo não se aplicam, e não se aplicam mesmo, visto que podem criar dinheiro, “como” os governos. O Governo, por outro lado, tem interesse no mercado bancário, em primeiro lugar, como comprador de seus títulos, em segundo, por ser o canal de recolhimento dos impostos de todas as instâncias governamentais e seus diversos órgãos.

Mutualismo é o tipo de relação em que ambos os seres são beneficiados na convivência. Governo e bancos vivem em mutualismo. Numa relação dessas esperar de um deles alguma iniciativa que altere a relação é ilusório, mas, por outro lado, concentração bancária, altos lucros e altos impostos, seriam sinais dessa relação. Os dados apresentados na fase de análise e descrição, corroboram com essa análise, haja vista os números da concentração bancária acima do moderado, e o lucro bancário dentre os maiores do mundo. E ainda o tamanho da carga tributária, por exemplo: os impostos diretos, com números que se aproximam de 25% do total do Spread.

Se não bastam os números para demonstrar a relevância da concentração bancária, da alta lucratividade e da carga tributária, o Brasil ter o segundo maior Spread do mundo não nos

permite excluir qualquer item dessa equação (BIS, 2016 apud RN, 2017)

Costa (2017) diz que, com o advento do crédito, a necessidade de uma poupança prévia ao consumo deixou de ser relevante, o dinheiro que faz a roda da economia girar está na injeção de dinheiro novo – crédito. Quanto a rentabilidade da poupança, essa vincula-se ao valor da taxa Selic, portanto, ao valor dos títulos públicos. Nesse sentido, a alta rentabilidade dos títulos públicos, que aumentam a dívida pública, diz mais uma vez a respeito da macroeconomia, ao déficit público e a relação governo/bancos mencionada. Se poupança prévia é, na teoria econômica, desprezível, o que o trabalho vem tentando demonstrar, é que: na realidade brasileira, e, especialmente, no que tange aos gastos com consumo, ela deve ser essencial.

Analisado os dados do Spread e estudado as suas variáveis, o trabalho chega a resultados em consonância com os autores de estudos anteriores, que indicam a inadimplência, o imposto e a concentração bancária/lucro, como os itens de maior relevância no Spread brasileiro. O trabalho também identifica que os riscos macroeconômicos potencializam “acordos” entre o governo e os bancos, o que encarece o crédito. Entretanto, o mesmo risco macroeconômico é visto em toda a América Latina com Spreads muito mais baixos, o que indica que há algum outro elemento nessa equação.

Olhar para Madagascar e para Malawi, o número um e o número três no ranking dos mais altos Spreads bancários do mundo, pouco ajuda para o entendimento, apesar de serem países pobres, ex-colônias e que, assim como o Brasil, enfrentaram ditaduras e guerras, tais similaridades são incomparáveis ao Brasil, atualmente 9º economia do mundo, quiçá pela corrupção.

Infere-se que esse elemento destoante do Spread bancário brasileiro é intencional, provém da cultura elitista e exploradora brasileira (Holanda, 1995), além da pouca educação. Infere-se que esse outro elemento seja, por um lado, o foco das instituições financeiras ao mercado de mais alta renda, portanto, o primeiro elemento é a própria decisão de mercado, que elege seu público de alta renda. Essa opção causa um desequilíbrio entre demanda e oferta, já que 220 milhões de contas são a potencial demanda, versus uma oferta ativa apenas para os mais ricos, os servidores públicos e os consignáveis do INSS. Por isso, Ludenberg (2011) diz que, sem o crédito direcionado e as instituições públicas, não haveria mercado de crédito de longo prazo.

Os mais ricos e o mercado se aproveitam dessas condições de desgoverno para “estipular” ganhos pomposos já que, em última instância, quem estipula o Spread são os bancos. E mais, a elite e o mercado, que elegem os políticos, influenciam o mercado de ações,

o mercado de títulos públicos, e o mercado de câmbio, e qualquer iniciativa política que não esteja de acordo com seus interesses, rapidamente sofre pressão de venda ou compra de ativos, alterando os índices de aprovação governamentais para melhor ou para pior. Paralelamente, a mídia passa a defender ou atacar as mesmas políticas (Bauman, 2008).

Se por um lado, o foco do mercado nos ricos causa desequilíbrio de demanda e oferta, por outro, há um corporativismo muito grande entre os privilegiados. As melhores oportunidades vão para as mãos “preparadas”, aqueles que já tem dinheiro, que tiveram melhor educação, que são brancos, homens e assim por diante. Os privilégios se justificam pelas responsabilidades, o discurso é de igualdade, o sonho é para todos, basta ter dinheiro, e para ter dinheiro é só se esforçar. Na realidade, porém, a grande maioria das pessoas têm e terá uma vida com pouco dinheiro, e para elas o crédito tem os maiores Spreads e taxas de juros.

O segundo elemento dessa fórmula é a não educação. A não educação é diferente de falta de educação, no sentido de que, na primeira, o objetivo é não educar e, na segunda, o objetivo de educar falha. Essa não educação é mantida para que cada um se mantenha na sua condição. O corporativismo, e nossa cultura elitista exploradora, provoca e manipula um povo ingênuo, passivo e autodeterminado (Bourdieu *apud* Bauman, 2008). Um telefone celular no Brasil custa quatro vezes mais que nos EUA, um carro, um computador, quatro vezes mais – e os brasileiros ainda compram. Porque aqui não é para todos é para alguns. Pela desinformação e por esse público não ser foco bancário, o pobre é alvo dos Spreads mais altos. Portanto, infere-se que o alto Spread é motivado também pela não educação. O BACEN (2017a), não alheio ao tema, trouxe um caderno sobre educação financeira, tratando inclusive de marketing, gastos supérfluos, diferença entre desejo e necessidades e etc.

A não educação, num sentido mais amplo, incorpora um dos aspectos macroeconômicos e históricos, e como um pano de fundo para os dias atuais; considerando a colonização brasileira, temos o embrião de uma sociedade desigual, exploratória (no sentido da colonização portuguesa ter vindo ao Brasil para explorar e não construir, tirar proveito) e pouco nacionalista, com uma política de não educação. O país fica vulnerável a influências. Narrativas como a ameaça comunista, a segunda guerra mundial e a guerra fria, permitiram aos EUA influenciar diretamente nos governos do continente americano, América para os americanos, especialmente influenciando e alterando a cultura local. No Brasil, um país sem educação e sem laços fortes com o nacionalismo, os ianques encontram terreno fértil para estabelecer controle. O país se transformou em uma economia agroexportadora, conforme as regras econômicas de vantagem comparativas, globalização e acumulação.

A população, na sua grande maioria, ficou à margem do crescimento, como os dados demonstraram. Como essa interpretação também pode ser vista por vieses ideológicos, os economistas a favor, dirão que nunca houve tanta água encanada na história do Brasil, economistas menos a favor, questionam se água encanada em favela conta. Na realidade, a população vive num país sem educação, e sem educação ela fica sem acesso às possibilidades de mudar de vida.

Esse DNA desigual e exploratório, elege políticos e políticas que giram em torno da manutenção do poder e concentração de benefícios, e a não educação passa a ser política de Estado, e se reflete na falta de educação financeira. Sem essa educação e sem dinheiro, 90% das famílias vivem com menos de 3.980 reais. Como haverá poupança? Como não usar o cheque especial? Como controlar o cartão de crédito? Sem a capacidade de pensar, as pessoas são apenas consumidores.

5 CONCLUSÃO

A primeira consideração a fazer sobre a pesquisa foi a dificuldade com os dados. O trabalho cita que o primeiro relatório oficial sobre Spread se dá em 1999, com dezessete instituições, nos anos que se seguem, aumentam o número de instituições pesquisadas, inclui bancos públicos, modifica a decomposição do Spread, altera os relatórios, etc. Portanto, por mais que os dados existam, a maneira descontinuada que estão dispostos dificulta a transparência.

Os dados disponibilizados nas apresentações oficiais e em livros sobre o tema, geralmente apresentam divergências quanto a números ou mesmo nas análises. Além de que, relatórios são apresentados e, posteriormente, são ajustados, atualizados, revistos e ainda critérios modificados. Além dessas dificuldades práticas, existem diferentes possibilidades de se buscar os números, por exemplo, o cálculo do Spread pode se dar *ex-ante* ou *ex-post*, por decomposição contábil ou por análise de risco. O crédito pode ser dividido pela sua liberdade alocativa: direcionado ou não, ou também por risco, que implica em juros e Spread maiores.

Esse trabalho é resultado das buscas e dados obtidos sob o olhar específico do autor da pesquisa. Para minimizar esse viés subjetivo, o trabalho trouxe visões de diferentes autores, alguns justificam o alto Spread pelo lucro e concentração bancária, outras fontes minimizam a concentração e apontam outra direção, como a inadimplência e a insegurança jurídica.

Quanto a pergunta central do trabalho “– Por que o crédito é tão caro no Brasil?”. O trabalho buscou informações sobre o crédito e o Spread a partir do plano real. Num segundo momento, o trabalho identificou o cliente bancário brasileiro, que é pobre, numa sociedade

desigual. E no estudo específico do custo do crédito no Brasil, o trabalho fez a decomposição do Spread de forma original, procurando respostas nas mais diversas possibilidades.

O trabalho concluiu, em consonância com os trabalhos estudados, que as principais variáveis do Spread brasileiro são: a inadimplência, essa entendida como judicialização do crédito (não sem motivos, o juro é caro, o Brasil tem o 2º maior Spread Mundial), alta carga tributária e concentração bancária. Essas variáveis são melhores entendidas quando observadas sob o prisma da macroeconomia, como apontou Lara Rezende e Gustavo Franco (2017), que resumem esse argumento da seguinte maneira: o Brasil trocou inflação por juros altos, pois mantém o descontrole fiscal.

O trabalho ainda identificou que há algo mais a explicar, especialmente quando se compara o Spread brasileiro com os Spreads de países como Argentina, Bolívia, Colômbia, México e Uruguai, países parecidos com o Brasil. O trabalho infere que esse algo mais seja a falta de educação do povo brasileiro, intencionalmente mantido assim, e, por outro lado, a própria eficiência de mercado, que faz com que os bancos foquem nos clientes com dinheiro, preterindo os demais.

Além disso, o trabalho pensa sobre a tendência futura do mercado bancário. Primeiramente sobre os custos administrativos, que com o avanço da tecnologia tendem a cair abruptamente, pois, já nos dias atuais os bancos passam por um processo de digitalização e “digitização” dos clientes e processos com soluções menos burocráticas, as agências virtuais e autoatendimento. Com as novas Fintech – finanças com tecnologias, desenvolvidos pelas startups – o mercado deve ficar mais competitivo, mas especialmente por causa das novas soluções, como, por exemplo, o crédito com capital próprio sem captação, deve haver uma redução no valor do juro, da taxa Selic e do Spread. Como infere-se na diminuição dos custos, infere-se que os lucros bancários não devem cair, pelo contrário devem aumentar, com a tendência de compartimentação e taxação de serviços, ampliando a base de arrecadação. Quanto ao grau de concentração bancária pela necessidade do governo em aliar-se aos bancos para administrar a dívida pública, não deve haver mudanças. Por conseguinte, a carga tributária do setor, a não ser para públicos específicos, não deve diminuir.

A agenda BACEN deve prosperar, até por insistência, portanto o BACEN deve se tornar independente do governo, dever haver diminuição dos depósitos compulsórios, fim dos créditos direcionados (mercado que decide a alocação), e fim da taxa de juro de longo prazo decidida pelo governo.

Quanto a inadimplência, também item da agenda BACEN, por representar um valor expressivo, aproximadamente 1/3 do Spread e com essa aproximação cada vez mais íntima do

Brasil com os EUA, no sentido de absorver o jeito que eles fazem, e com o poder e o dinheiro influenciando esse processo, infere-se que novas regras jurídicas serão definidas, mas especialmente uma nova mentalidade está surgindo, uma mentalidade “contratualista” – fazer valer o contrato – colocando em pé de igualdade pessoas físicas e jurídicas.

Já na educação, nada mudará. Temas como o fim da neutralidade da internet parecem predizer o futuro (restrição de acesso). Ter um trabalho também está ficando cada vez mais difícil. O que indica que as mudanças econômicas não beneficiaram (ão) a todos.

Para a rentabilidade dos investimentos a tendência é de queda, pela necessidade da circulação constante do dinheiro e pela contínua criação de crédito, o dinheiro tende a ser pouco remunerado para se manter girando, como já ocorre no Japão, na Europa, lugares com rendimentos ínfimos.

Por fim, o trabalho faz novas perguntas: “- Será que para a realidade brasileira as teorias econômicas vigentes são as melhores?” “- A teoria das vantagens comparativas é melhor para os países ricos do que para os países pobres?” “- A teoria das vantagens comparativas resulta em abrir mão da soberania nacional?” “- Quem são os beneficiários dos créditos direcionados?”.

Nota para publicação em abril de 2020, o trabalho fez referência ao fato de os clientes de pouca renda não serem o foco do sistema bancário, atualmente, esses clientes passaram a ter importância significativa no balanço dos bancos, os serviços são mais digitais, e as tarifas e taxas justificam uma atenção para este público.

O trabalho também fez referência a proteção dos bancos por parte do Bacen, atualmente, a mesma proteção estendeu-se para “todos” com os pactos econômicos para enfrentamento ao Covid – 19. As regras da economia mudaram e há novidades, em primeiro lugar o juro negativo, e em segundo o endividamento maciço estatal versus alta liquidez.

Por fim, os juros, desde a elaboração deste trabalho, vêm caindo. Roberto Campos Neto, presidente do Bacen, indica que a taxa selic estará em 3% a.a., ainda no primeiro semestre de 2020 (InfoMoney, 2020). Por consequência, ao que parece o câmbio assumiu o papel de gerência do déficit fiscal, via manutenção das exportações (dólares), e a alta liquidez pode trazer consigo a inflação.

6 REFERÊNCIAS

- Almeida, J. B. (2014). *O Spread Bancário e Suas Influências na Economia Brasileira*. Belém: Artigo Científico da Faculdade Ideal.
- BACEN. (1999). *Relatório de Economia Bancária e Crédito – 1999*. Brasília.

- BACEN. (2000). *Relatório de Economia Bancária e Crédito – 2000*. Brasília.
- BACEN. (2007) Resolução nº 3.518, de 06 de Dezembro de 2007. *Disciplina a Cobrança de Tarifas pela Prestação de Serviços por Parte das Instituições Financeiras e Demais Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil*. Diário Oficial da União de 10 dez.
- BACEN. (2010). Resolução nº 3.919, de 25 de Novembro de 2010. *Altera e Consolida as Normas Sobre Cobrança de Tarifas Pela Prestação de Serviços por Parte das Instituições Financeiras e Demais Instituições Autorizadas a Funcionar Pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências*. Diário Oficial da União de 25 nov.
- BACEN. (2012). *Relatório de Economia Bancária e Crédito – 2012*. Brasília.
- BACEN. (2013). *Relatório de Economia Bancária e Crédito – 2013*. Brasília.
- BACEN. (2014). *Relatório de Economia Bancária e Crédito – 2014*. Brasília.
- BACEN. (2017a). *Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais*. Acesso em _____ 20 _____ janeiro de 2017 de https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf
- BACEN. (2017b). *Painel Projeto Spread Bancário*. Acesso em 10 de abril de 2017 de <https://www.youtube.com/watch?v=dg5Aw9saNeo>
- BACEN. (2017c). *Painel: Projeto Spread Bancário Ilan Goldfajn*. Acesso em 10 de junho de 2017 de https://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Apresentacao_Ilan_Goldfajn_Painel_Projeto_Spread%20Bancario.pdf
- Bartolo, C. M. P. C. (2011). *Análise do Spread e da Lucratividade dos Bancos Brasileiros, no Período de 2001 a 2010*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Ceará (UFCE). Ceará, Brasil.
- Bastos, M. F. (2013). *Metodologia de Apuração do Spread Bancário*. Trabalho de Conclusão Curso, Curso da IBMEC. Brasília, Brasil.
- Bauman, Z. (2008). *A Sociedade Individualizada. Vidas Contadas e Histórias Vividas*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Caridiotis, E. R. (2017). *Crédito Bancário e a Crise Econômica no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso, AVM Faculdade Integrada. Belo Horizonte, Brasil.
- Costa, F. N. (2014). *O Papel dos Bancos Públicos no Desenvolvimento Econômico*. Acesso em 18 junho de <https://www.youtube.com/watch?v=fqbZTkATiH8&t=546s>.
- Costa, F. N. (2017). *Política Fiscal: fórum de debates*. Acesso em 20 junho de <https://www.youtube.com/watch?v=fqbZTkATiH8&t=546s>.
- Ferreira, H. N. (2011). *Spread Bancário: Uma Análise do Spread Bancário Ex Post no Banco do Brasil, Período 2001/2009*. Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Picos, Brasil.
- Fortuna, E. (2011). *Mercado Financeiro Produtos e Serviços*. 18º ed. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Franco, G. H. B. (2011). *Por que Juros Tão Altos, e o Caminho para a Normalidade*. Seminário as Taxas de juros no Brasil. Promovido por CLP – Centro de Liderança Pública e Casa do Saber. CLP Papers. Nº 6.

- Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Inflation. (2017) *Inflação no Brasil em 1994*. Acesso em 27 dezembro 2017 de <http://pt.inflation.eu/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil-1994.aspx>
- InfoMoney. (2020). *Banco Central indica corte mais forte da selic e faz dólar superar R\$ 5,40; juros futuros caem*. Acesso em 22 de abril de 2020 de <https://www.infomoney.com.br/mercados/banco-central-indica-corte-mais-forte-da-selic-e-faz-dolar-superar-r-540-juros-futuros-caem/>
- Lopes, J. C. & ROSSETTI, J. P. (2015). *Economia Monetária*. 9º ed. São Paulo: Atlas.
- Lopes, Jerônimo V. (2014). *Determinantes do Spread Bancário no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Brasil.
- Lundberg, E. L. (2011). *Bancos Oficiais e Crédito Direcionado – o que diferencia o mercado de crédito brasileiro?* Brasília: Banco Central do Brasil.
- News, Região. (2017). *Spread bancário cai em 2017, mas ainda está entre os mais altos do mundo*. Acesso em 29 de dezembro de 2019 de https://regiaonews.com.br/exibe_2017.php?id=229803
- Resende, A. L. (2011). *A Taxa de Juros no Brasil. Equívoco ou Jabuticaba?* In: Seminário as Taxas de juros no Brasil. Promovido por CLP – Centro de Liderança Pública e Casa do Saber. CLP Papers. Nº 6.
- Salomão, Karin. (2016). *Dos 43 maiores bancos do mundo, 3 são do Brasil*. No ranking da Forbes, estão três bancos brasileiros: Itaú, Bradesco e Banco do Brasil. Revista Exame. Sessão Negócios, 2016. Acesso em 22 de abril de 2017 de <https://exame.com/negocios/dos-43-maiores-bancos-do-mundo-3-sao-do-brasil-veja-lista/>
- Sciarretta, Toni. (2014) *Banco brasileiro é o terceiro do mundo em lucro e lidera ineficiência*. Folha de São Paulo. Sessão Mercado, 2014. Acesso em 13 de novembro de 2017 <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/07/1479570-banco-brasileiro-e-o-terceiro-do-mundo-em-lucro-e-lidera-ineficiencia.shtml>
- Silva, Luiz A. C. S. (2014). *Formação do Preço do Dinheiro no Brasil: Fatores que Influenciam a Precificação do Spread Bancário e Evolução Recente*. Recife, Brasil: Faculdade Integrada.
- Souza, W. A. A. (2011). *Crédito: Considerações Sobre o Mercado de Crédito e o Spread Bancário no Brasil*. São Paulo, Brasil: Polo de Jaú.
- Torres Filho, E. T. (2006). *Crédito direcionado e direcionamento de crédito: situação atual e perspectivas*. Revista BNDES, V.13 p. 35 – 50. Rio de Janeiro, Brasil.